

# A FCT e a política de extermínio das Ciências Sociais e Humanas

**Debate Ciências em Portugal**  
**Moisés de Lemos Martins**

Uma vez à frente da FCT, Miguel Seabra chamou os diretores dos centros de todas as áreas científicas e comunicolhes que as Ciências Sociais e Humanas (CSH) estavam a ser sobrefinanciadas em Portugal. De acordo com o modelo alemão, que passava a ser a norma, impunha-se um ajustamento. As CSH seriam financiadas a 15% do total do financiamento público para a Ciência, e não a 22%, como até então.

Esta foi a primeira etapa do plano de ajustamento do atual Governo para a Ciência, explicado meses antes à agência Lusa por Passos Coelho: iria haver alterações no modelo de financiamento dos centros, concentrando os apoios “onde eles são cientificamente mais rentáveis”.

Passados dois anos, o Presidente da FCT, em entrevista ao PÚBLICO, fez o balanço do caminho percorrido. Em síntese, diz o seguinte: em 2013, o financiamento aumentou 30% e as mudanças introduzidas no sistema vieram dar-lhe maior qualidade e exigência, promovendo a excelência, a competitividade, a ligação às empresas e a produtividade. E acrescentou, não tinha conhecimento de haver muitos investigadores a emigrar.

Para não me alongar em raciocínios complexos sobre o sentido das mudanças introduzidas, vou falar do centro de estudos que criei em 2001 e de que sou diretor. O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, é uma unidade de investigação em Ciências da Comunicação, avaliada pelos peritos internacionais da FCT como Excelente, de resto a única na sua área a obter tal classificação. Trabalham nele 60 investigadores doutorados e cerca de 130 investigadores fazem o doutoramento. Uma dúzia de bolsiros apoiam os projetos de investigação em curso. Mas, para a FCT, o melhor centro de estudos em Ciências da Comunicação do país não passa de uma unidade de investigação residual. Cortou-lhe mais de 30% do financiamento global, não aprovou projetos avaliados como excelentes e reduziu drasticamente o número de bolsas para formação avançada. Em 2013, o CECS teve uma bolsa de doutoramento aprovada, um projeto aprovado em 2012 e nenhum no concurso de 2013.

Também em 2012, as Ciências da Comunicação perderam a sua qualidade de área específica, tendo sido colocadas no único bloco constituído das CSH. A FCT abriu em 2012 e 2013 concursos para investigadores-FCT, com cerca de 300 bolsas no total. Todas as candidaturas de Ciências da Comunicação foram reprovadas, entre as quais cinco do CECS.

Já em fevereiro de 2013, na nota editorial que assinai na *newsletter* da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), escrevera o seguinte: “A FCT desencadeou um inaudito e vertiginoso processo de controle dos centros, com relatórios e auditorias que se atropelam uns aos outros. Sobre as verbas próprias nos últimos cinco anos. Sobre os artigos publicados na ISI. Sobre a justificação da utilização em 2013 do remanescente das verbas de 2011 e 2012. Sobre as atividades relativas a estes dois anos. Sobre o plano de atividade para 2013.”

Passou-se um ano. A FCT rompeu o pacto de



**Deveria ser permitido puxar da pistola, quando do Governo ou da FCT nos viessem falar de qualidade e de excelência, de ligação às empresas, de competitividade e de produtividade. Porque é criminosa uma política científica que não tem pensamento nem cultura, que não tem conhecimento nem consciência**



confiança que tinha com as universidades públicas – elas não são mais o seu parceiro privilegiado para a execução das políticas científicas. Entretanto, num galope imparável, a devastação seguiu impante.

Concursos estruturantes para a vida das instituições nos próximos seis anos, a serem abertos nas férias de verão, ou a serem lacrados na passagem do ano. Concursos com regras de geometria variável, a serem fixadas em andamento, ou depois de concluídos os concursos, e, mesmo, a serem alteradas no meio de concursos abertos. Plataformas informáticas que nunca funcionam de modo escorreito e tornam caótica a gestão dos prazos dos concursos. A aplicação de métricas inadequadas à produtividade científica nas CSH, que fazem depender a qualidade académica de agências de *rating* (ISI e Scopus) A nomeação de um Conselho Científico de CSH, sem consulta à comunidade académica, e também sem credibilidade, dada a presença de uma série de intrusos, desqualificados na área, uns, com o estigma da encomenda partidária, outros, e com o vício do nepotismo, outros ainda. Seis das principais associações científicas desta área exigiram, sem mais, a revogação da decisão de nomeação.

Esta estratégia, de tão feroz e ensandecida, apenas pode ter como objetivo destruir a comunidade académica, vencendo-a pelo cansaço e pelo desespero. E, todavia, instados a pronunciar-se sobre o CECS, Denis McQuail, uma referência mundial nas Ciências da Comunicação, e também Anabelle Sreberny e Janet Wasko, a antiga e a atual presidente da mais importante associação mundial de Ciências da Comunicação, a International Association for Media and Communication Research (IAMCR), escreveram, em síntese:

“O CECS é o mais reputado centro de pesquisa português em várias áreas, que incluem a literacia mediática, a economia política dos média, a regulação dos média, os estudos lusófonos (políticas da língua, políticas da comunicação, identidade e narrativas, identidade e multiculturalismo), e estudos sobre as políticas científicas e tecnológicas no espaço ibero-americano. Além disso, o CECS desempenha um papel de liderança crítica nos estudos da Comunicação, detendo posições de topo em associações internacionais e na direção de grupos de pesquisa internacional.”

Releio a entrevista do presidente da FCT ao PÚBLICO, de há duas semanas. Ouço-o na audiência parlamentar em que esteve com a secretária de Estado da Ciência, em finais de dezembro. Recordo a audiência que me concedeu há quinze dias. E olho para as duas cartas de recomendação que acabo de escrever para jovens investigadores do CECS, com bolsas de pós-doutoramento recusadas, e que concorrem a lugares abertos, um pela Universidade de Boston, outro pela Universidade de Dresden. E penso, deveria ser permitido puxar da pistola, quando do Governo ou da FCT nos viessem falar de qualidade e de excelência, de ligação às empresas, de competitividade e de produtividade. Porque é criminosa uma política científica que não tem pensamento nem cultura, que não tem conhecimento nem consciência.

Um vento maligno levantou-se na Cidade e percorre-a em devastação. Enquanto durar, serão anos de calamidade.

**Director do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho**

# A reforma mal-amada

**Debate Autarquias**  
**João Magalhães Pereira**

Quiseram as circunstâncias e os ciclos eleitorais que em dois mandatos autárquicos sucessivos, em 2007 e em 2009, o Dr. António Costa tivesse maioria confortável na Câmara Municipal de Lisboa, mas minoria na respectiva Assembleia Municipal, o que proveio do facto de os deputados municipais serem designados, metade eleita directamente e outra metade serem os presidentes de junta de freguesia. As competências da assembleia são restritas, basicamente de fiscalização, mas nelas avulta a aprovação do orçamento e dos instrumentos urbanísticos, como sejam o Plano Director Municipal e os Planos de Urbanização ou de Pormenor, meios que são necessários para moldar uma cidade.

É sabido existir uma razoável inércia eleitoral no poder local, tendendo os eleitores a votar no autarca em funções. Ora tanto o PPD/PSD como o PCP têm forte implantação autárquica, daí resultando a não coincidência da maioria que se formou na câmara com a da assembleia. Grave empecilho este para a hegemonia de um executivo. Para alterar este estado de coisas seria necessário actuar nas causas e nada melhor que invocar a redução do número de freguesias, por razão da sua grande discrepância dimensional, proveniente, aliás, de razões históricas.

A vocação reformista do PPD/PSD foi sensível a essa visão de cidade, desde que houvesse aumento de competências para melhor serviço público, consolidando as já delegadas em competências próprias e acrescentando outras para maiores sinergias. Trabalhou-se então num acordo de agregação de freguesias adjacentes, atribuindo-lhes verbas julgadas suficientes. Uma dificuldade porém. Não é possível produzir legislação de excepção aplicável apenas a Lisboa.

Chegou-se então ao Memorando de Entendimento com a *troika*. Algum negociador governamental resolveu, em boa ajuda, soprar aos financiadores que havia 4258 freguesias e 308 municípios, números estes que implicavam despesas excessivas e ineficientes. E vai de incluir no Memorando a obrigação de reduzir significativamente o número destas entidades, acrescentando que estas alterações deverão entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral local. O resultado foi o evidente. Perante um compromisso grave mas a impossibilidade de em prazo tão curto proceder a uma reforma casuística e ponderada, houve que recorrer a cortes em bases apenas estatísticas.

Como foi claro do Congresso da Anafre que decorreu no último fim-de-semana em Aveiro, hoje já ninguém se revê nesta Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Ou porque se cortou a régua e esquadro, ou porque se afastou a autarquia da população que serve, ou porque não houve diminuição de despesas, antes se aumentaram, ou porque deixou de ser uma administração sobretudo baseada em voluntários, ou porque afinal as verbas atribuídas não chegam para as funções que a câmara quer despejar. Só está satisfeito o Dr. António Costa. O que nasce torto...

**Ex-dirigente da Anafre e ex-presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, eleito pelo PSD**